

QUEIROZ, SILVANA NUNES DE; BAENINGER, ROSANA.  
"Evolução das Migrações Interestaduais Cearenses:  
Análise para os Decênios de 1960/1970, 1970/1980,  
1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010", p.27-50. In Ricardo  
Ojima, Wilson Fusco. **Migrações Nordestinas no  
Século 21 - Um Panorama Recente**, São Paulo:  
Editora Edgard Blücher, 2015.  
<http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-ojimafusco-05>

# 2

# CAPÍTULO

## **EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES: ANÁLISE PARA OS DECÊNIOS DE 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 E 2000/2010**

Silvana Nunes de Queiroz e Rosana Baeninger

### **INTRODUÇÃO**

O objetivo principal deste estudo é analisar a evolução das migrações interestaduais cearenses no período de 1960 a 2010. Procura-se traçar as principais tendências e inflexões em termos de volume e direção dos fluxos, tendo como pano de fundo a reconstrução das etapas do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, do Nordeste e, em especial, do estado do Ceará.

O problema a ser investigado se justifica por dois motivos: i) magnitude do fenômeno migratório e ii) poucos estudos se debruçaram sobre a análise

dessa questão. De acordo com as informações do Censo Demográfico 2010, em 01/08/2010, a população total do Ceará era de 8.448.055 milhões de habitantes, com 18% (1.491.976 milhões) dos seus naturais residindo em outro estado.

De maneira concomitante, a partir dos resultados empíricos, averigua-se se as abordagens teóricas adotadas na análise das migrações internas, notadamente no período de 1950 a 1980, ainda explicam as causas e os motivos das migrações cearenses. O pressuposto básico deste estudo é que o arcabouço histórico-estrutural apresenta elementos teóricos capazes de justificar os recentes movimentos migratórios do e para o Ceará, que permaneceram se dirigindo no sentido do crescimento econômico.

Para o alcance dos objetivos propostos, o artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda descreve a fonte de dados, os procedimentos metodológicos e as definições adotadas. A terceira seção reconstrói o panorama das migrações interestaduais cearenses a partir da análise evolutiva das entradas e saídas. Pretende-se captar as principais alterações em termos de volume e direção dos trajetos migratórios. A quarta parte traça o balanço de perda e/ou ganho populacional do Ceará a partir da análise decenal das trocas migratórias. Na última seção, fazem-se as conclusões, sumariando as principais rupturas e tendências no quadro migratório do e para o Ceará no período de 1960 a 2010.

## **FONTES DOS DADOS, MÉTODOS E CONCEITOS**

Os microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 são a principal fonte de informação. A opção pelo quesito de última etapa é devido ao objetivo deste estudo, que trata da análise da evolução do fenômeno migratório interestadual cearense no período de 1960 a 2010, e o quesito de data fixa foi aplicado pela primeira vez a partir do Censo Demográfico de 1991.

É preciso destacar que o quesito sobre o *local de residência anterior* refere-se apenas à última etapa migratória dentro do decênio, ou seja, estima as trocas migratórias líquidas e não representa o ganho líquido de população. Somente com o quesito sobre o *local de residência exatamente cinco anos antes*, resultante do processo migratório entre duas datas fixas, tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que mede a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO e RIGOTTI, 1998).

A diferença entre imigrantes e emigrantes, definida como troca migratória líquida, chamamos de saldo migratório. Esse procedimento foi adotado por Brito, Garcia e Souza (2004), que reconhecem as limitações do mesmo, porém, ratificam sobre a possibilidade do uso das categorias de migrantes de última etapa, em que as trocas migratórias líquidas são aproximação dos saldos migratórios.

Buscando especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória cearense, outro recurso metodológico adotado foi o cálculo da Taxa de Migração Líquida (TML). Esse último indicador é calculado a partir da razão entre o saldo migratório (SM) e a população observada no final do período ( $P_n$ ). Segundo Carvalho e Rigotti (1998, p.9): a TML “será a proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório, quando a taxa for positiva, e a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração, se negativa”.

$$TML = \frac{SM}{P_n} * 100$$

Por último, apresentamos a definição de migrante de última etapa adotada neste estudo.

- Imigrante interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado do Ceará, mas há menos de dez anos morava em outra Unidade da Federação.
- Emigrante interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que na data de referência do Censo Demográfico residia em outra Unidade da Federação, mas há menos de dez anos morava no estado do Ceará.
- Trocas migratórias – representa a diferença entre o total de imigrantes e de emigrantes de última etapa

## **EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES – 1960 A 2010**

Nesta seção adotamos o procedimento metodológico usado por Patarra (2003a), que analisou no tempo e espaço, a relação entre migração e transformações estruturais da sociedade brasileira, em especial, a relação entre distribuição espacial das atividades econômicas e mobilidade espacial da população.

## **Anos 1960: a marcha para o Maranhão**

Marcadas por diferenças regionais ou pelos “diferentes brasis”, com o Sul e o Sudeste desenvolvidos, as migrações figuram como alternativa ou alento para aqueles que querem melhorar de vida ou apenas sobreviver. Devido à inquietude e à vontade de superar os desafios impostos, inicialmente, pelas estiagens e, em seguida, pelos desequilíbrios regionais, a força de trabalho cearense migrou, seja para estados vizinhos ou regiões distantes.

Segundo Souza (2006, p. 1), as manchetes na imprensa, no ano de 1964, comumente atribuem o êxodo rural e as migrações cearenses a fatores climáticos, quando, na verdade, “[...] o discurso da seca e êxodo oculta outra causa da expulsão: o latifúndio, a concentração fundiária”.

Para Singer (1973), os grupos de migrantes são estimulados por dois fatores (expulsão e atração), que podem atuar de forma isolada ou em conjunto. No caso dos fatores de expulsão, a razão das migrações está na origem: por causas econômicas ocorre a expulsão do migrante do rural moderno ou do rural estagnado para o urbano em expansão. O segundo fator é o de atração, e está no destino, em alguns polos de expansão do capitalismo que aglomeram a atividade industrial e orientam os fluxos migratórios.

Paralelamente à atrofia da economia cearense, existia atratividade em outros destinos, estimulando as saídas, dada a possibilidade de inserção no mercado de trabalho em áreas prósperas. Conforme Martine e Camargo (1984), durante os anos 1960, forças centrífugas atraíram migrantes para áreas de expansão de fronteiras agrícolas, e forças centrípetas motivaram a migração do rural para o urbano industrializado no Sudeste, especialmente em direção à Região Metropolitana de São Paulo (MARTINE e CAMARGO, 1984).

Em resumo, não somente as intempéries das secas, mas fatores associados ao elevado crescimento natural, desequilíbrio econômico entre as regiões (FURTADO, 1986), grande propriedade rural, baixo rendimento, desemprego (PARENTE, 1964) e escassez de infraestrutura básica na origem estão no bojo do processo que, comumente, qualifica o cearense como ‘migrante’ (FERREIRA, 2007).

Do ponto de vista migratório, as principais transformações no volume e direção das migrações interestaduais cearenses no período de 1960 a 2010 podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

REGIÕES E ESTADOS	1960/1970		1970/1980		1981/1991		1990/2000		2000/2010	
	IMIGR.	EMIGR.								
RO	583	2.528	634	3.609	4.077	10.441	4.599	5.053	2.278	2.791
AC	984	1.728	444	1.310	812	1.321	1.345	1.135	653	971
AM	1.900	4.486	2.844	7.961	7.270	11.795	7.940	8.687	5.097	7.442
RR	192	298	114	1.863	1.018	5.192	1.609	3.052	1.239	2.353
PA	3.658	20.145	6.402	33.276	19.244	31.142	18.510	19.908	12.603	14.498
AP	210	327	323	526	1.195	1.136	1.311	1.895	1.329	1.384
TO	–	–	–	–	1.216	5.141	1.351	4.364	1.687	2.917
<b>NORTE</b>	<b>7.526</b>	<b>29.512</b>	<b>10.760</b>	<b>48.545</b>	<b>34.831</b>	<b>66.166</b>	<b>36.665</b>	<b>44.094</b>	<b>24.887</b>	<b>32.356</b>
MA	11.193	69.140	14.168	31.192	20.391	22.032	20.183	14.895	12.745	11.747
PI	19.044	31.367	17.344	21.878	23.204	25.098	25.755	19.547	16.914	15.392
RN	28.002	8.121	14.410	14.874	18.162	17.390	16.454	16.767	12.965	16.357
PB	39.882	6.219	15.895	8.995	15.005	10.807	11.448	10.411	9.896	9.815
PE	22.722	28.859	18.601	22.693	23.264	25.455	26.121	19.483	21.064	19.283
AL	6.948	1.135	2.823	2.264	3.639	2.176	3.801	2.000	2.971	2.699
SE	338	377	587	1.469	1.051	2.452	1.308	1.738	848	1.260
BA	2.771	9.949	6.287	21.915	13.741	16.871	13.669	13.598	11.231	13.795
<b>NORDESTE</b>	<b>130.901</b>	<b>155.169</b>	<b>90.114</b>	<b>125.280</b>	<b>118.459</b>	<b>122.282</b>	<b>118.739</b>	<b>98.439</b>	<b>88.634</b>	<b>90.349</b>
MG	1.355	2.733	2.118	5.021	4.238	8.894	6.753	11.264	5.753	16.149
ES	245	488	353	1.927	1.548	2.834	1.284	2.404	931	2.138
RJ	5.229	43.233	12.098	61.042	33.774	49.653	37.485	60.938	26.098	53.975
SP	6.282	47.698	22.745	155.672	74.999	170.722	107.706	163.809	74.683	125.030
<b>SUDESTE</b>	<b>13.111</b>	<b>94.152</b>	<b>37.315</b>	<b>223.662</b>	<b>114.560</b>	<b>232.103</b>	<b>153.228</b>	<b>238.415</b>	<b>107.466</b>	<b>197.293</b>
PR	2.191	15.316	2.730	3.660	2.135	3.033	3.179	3.850	3.301	4.421
SC	254	100	305	508	609	1.289	1.511	2.739	1.708	5.387
RS	483	339	853	1.381	1.670	2.422	3.837	4.371	2.952	4.196
SUL	2.928	15.755	3.888	5.549	4.414	6.744	8.527	10.960	7.961	14.004
MS	–	–	967	3.649	1.552	3.852	1.634	2.374	897	2.165
MT	519	8.053	394	2.034	1.922	4.891	2.205	3.660	1.461	3.668
GO	483	11.168	2.038	14.169	3.707	13.925	5.326	16.417	4.874	14.278
DF	801	31.213	4.957	41.895	13.947	32.391	17.281	23.794	11.973	19.843
<b>C.OESTE</b>	<b>1.803</b>	<b>50.434</b>	<b>8.356</b>	<b>61.746</b>	<b>21.128</b>	<b>55.060</b>	<b>26.446</b>	<b>46.245</b>	<b>19.205</b>	<b>39.954</b>
<b>CEARÁ</b>	<b>156.269</b>	<b>345.021</b>	<b>150.434</b>	<b>464.781</b>	<b>293.392</b>	<b>482.355</b>	<b>343.605</b>	<b>438.153</b>	<b>248.153</b>	<b>373.957</b>

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota (1): Para efeito de comparação, entre 1960/1970 e 1970/1980, Fernando de Noronha foi somado a Pernambuco e Guanabara, incorporado ao Rio de Janeiro, entre 1960/1970.

Nota (2): No total de imigrantes são excluídos os nascidos no exterior e sem declaração de Unidade da Federação de residência anterior.

A análise no tempo e espaço mostra que, no período 1960/1970, entraram no estado do Ceará 156.269 imigrantes, contra uma saída de 345.021 emigrantes (Tabela 1). Em termos de distribuição espacial, destacou-se o fluxo procedente do Nordeste, com 130.901 pessoas ou 83,77% do total da imigração, apontando para a importância do movimento migratório de curta distância. As regiões Sudeste (8,39% ou 13.111 pessoas), Norte (4,82% ou 7.526 pessoas), Sul (1,87% ou 2.928 pessoas) e Centro Oeste (1,15% ou 1.803 pessoas) apresentaram pequena participação. Com respeito às saídas, o Nordeste também se destacou ao receber 155.169 pessoas ou 44,97% do total de emigrantes, superando a participação do Sudeste, que atraiu 94.152 (27,29%) indivíduos. No caso das demais regiões, as mesmas tiveram contribuição modesta, representando 28% das saídas.

No tocante aos estados, a Paraíba (39.882 pessoas ou 25,52%), o Rio Grande do Norte (28.002 pessoas ou 17,92%) e Pernambuco (22.722 pessoas ou 14,54%) representaram mais da metade das imigrações. Nessa época, o estado de São Paulo (4,02%) e do Rio de Janeiro (3,35%) não se destacavam como os principais locais de origem. Quanto às emigrações, Maranhão (20,04%), São Paulo (13,82%), Rio de Janeiro (12,53%), Piauí (9,09%) e Distrito Federal (9,05%) constituíram os principais destinos.

A atratividade do Maranhão (69.140 pessoas ou 20,04%), superando o estado de São Paulo (47.698 pessoas ou 13,82%) e do Rio de Janeiro (43.233 pessoas ou 12,53%) como principal local de “refúgio” das emigrações cearenses, tem raízes históricas. Iniciou-se com a seca de 1844 a 1846 e se intensificou durante as primeiras estiagens do século 20 (secas de 1915 e de 1932). Entre as décadas de 1940 e 1960, época em que o Ceará foi castigado por secas e marcado pela concentração de latifúndios, os retirantes migraram em busca de terras férteis no Maranhão, onde as estiagens foram menos intensas (ROSADO, 1981; TROVÃO, 2008; BARBOSA, 2008).

No caso do Sudeste, a explicação para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro figurarem como o segundo e o terceiro destino, está atrelada à intensificação da atividade econômica nessas áreas a partir do segundo quinquênio dos anos 1950 (MOURA, 1980; REGO e MARQUES, 2006). Ao criar um grande polo industrial, do qual se esperava a propagação pelas demais áreas do país, aprofundaram-se os desequilíbrios regionais (AFONSO e SILVA, 1995). Tal estratégia culminou, entre 1950 e 1980, com a transferência massiva de população do meio rural para o urbano-industrializado e/ou de regiões atrasadas economicamente para áreas prósperas (MARTINE, 1994).

Com relação à emigração para o Distrito Federal, esse fluxo tem a ver com a construção da Capital Federal do país e da rodovia Belém-Brasília, além da melhoria do sistema viário e de comunicação a partir dos anos 1950 (MOURA, 1980; MARTINE e CAMARGO, 1984; MOREIRA, 1987).

Em resumo, entre 1960/1970, os retirantes cearenses, fugidos da seca e do desemprego, se “espalharam” por diversos pontos do Brasil, praticando, ao mesmo tempo, a migração de curta e de longa distância. Nesse processo, destacou-se o volume de pessoas que partiram em direção ao Maranhão, seguido do fluxo que migrou em busca de emprego no Sudeste urbano e industrializado e na recém-criada capital do país.

## **Anos 1970: rumo ao Sudeste**

A região Sudeste, ocupando apenas 11% do território nacional detinha 81% da atividade industrial do Brasil em 1970 e, o estado de São Paulo, sozinho, era responsável por 58% dessa produção (CANO, 1997). Com relação à economia Nordeste, entre 1970 e 1979, o PIB da região “[...] expandiu-se a uma taxa de 9,4%, apoiado pelo ‘milagre’ econômico e pela expansão que ficou conhecida por ‘marcha forçada’ (II PND), na segunda metade da referida década” (GUIMARÃES NETO, p. 153, 2004).

Apesar do “sucesso relativo” da tentativa de desconcentração da indústria em direção à periferia nacional, contraditoriamente, ao longo da década de 1970, cinco milhões de indivíduos saíram do Nordeste rural (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

Nesse contexto, a crítica que se faz ao modelo de integração produtiva do Nordeste ao restante do país é que durante as décadas de 1960 e 1970, auges do crescimento nacional e da região, esse modelo não foi capaz de atenuar as disparidades de renda, pobreza e exclusão social. Assim, as migrações atuaram como parte do processo histórico de acumulação de capital, que contribuiu para incrementar os diferenciais de renda entre as áreas de origem e de destino.

Quanto à economia cearense, entre as décadas de 1960 e 1970, precisamente no período da Ditadura Militar (1964-1985), a atividade industrial se desenvolveu, porém, atrelada ao setor primário e localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A produção estadual concentrou-se em torno de indústrias tradicionais, como a têxtil, calçadista e alimentícia, beneficiadas pela matéria-prima local (LIMA e LIMA, 2008).

Apesar de essas atividades serem intensivas em mão de obra, a falta de infraestrutura local e de uma política estadual de industrialização, “emperava” o desenvolvimento do estado (PONTES, CAMBOTA e BIDERMAN, 2011). A permanência da disparidade regional e a possibilidade de trabalho e melhores salários alimentaram as migrações interestaduais.

Nesse contexto, a partir dos anos 1960 e 1970, contingentes volumosos de cearenses se dirigiram preferencialmente para o estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (Tabela 1) — eixos do desenvolvimento do país — ao concentrar a indústria e criar maiores oportunidades de trabalho.

Diante dessa conjuntura, a década de 1970 acirrou as perdas líquidas populacionais do Ceará. Ao considerar todo o período em estudo, o decênio 1970/1980 foi o de maior evasão migratória em sua história. Conforme a Tabela 1, no referido intervalo, entrou um contingente de 150.434 pessoas, ao passo que saíram 464.781 indivíduos, com saldo negativo de 314.347 migrantes (Tabela 2).

Considerando as Grandes Regiões, o fluxo de origem permaneceu de curta distância, com cerca de 60% (90.114 pessoas) procedentes do Nordeste, apesar da participação relativa da mesma diminuir a cada década. Por sua vez, o Sudeste passou de uma contribuição de 8,39% (13.111 pessoas), entre 1960 e 1970, para 24,80% (37.115 pessoas), no período de 1970 a 1980. No caso das saídas, o destino migratório se alterou, com o maior contingente de emigrantes se dirigindo para a região Sudeste (223.662 pessoas ou 48,12%), que desde então se tornou a principal porta de entrada. O Nordeste, que no decênio anterior ocupou o primeiro posto, figurou em segundo lugar ao atrair 125.280 pessoas ou 26,95% do total do fluxo. As regiões Centro Oeste (13,28%), Norte (10,44%) e Sul (1,19%) permaneceram com baixa atratividade.

Esse resultado denota mudanças nos trajetos das migrações cearenses, predominando, a partir de então, os fluxos de longa distância, direcionados no sentido do desenvolvimento urbano-industrial, concentrados no Sudeste, em especial, no estado de São Paulo.

Em termos de Unidade da Federação, houve mudanças. O estado de São Paulo tornou-se, ao mesmo tempo, o principal local de origem (15,12% ou 22.745 pessoas) e de destino (33,49% ou 155.672 indivíduos) dos fluxos que chegaram e partiram do Ceará, tendência que se mantém até o último Censo Demográfico (2010).

Apesar de menos distante do que São Paulo, o Rio de Janeiro se posicionou como o segundo local de recepção, ao atrair 13,13% (61.042 pessoas) do fluxo no período 1970/1980, contra 12,53% (43.233 pessoas) no decênio anterior. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro se consolidavam como áreas

prioritárias de destino, o Maranhão (de 20,04% para 6,71%), Piauí (de 9,09% para 4,71%) e Pernambuco (de 8,36% para 4,88%) diminuíram a sua contribuição relativa entre as décadas de 1960 e 1970.

Ainda que pouco volumosa, vale destacar que a emigração para o Paraná diminuiu o ímpeto e passou de 15.316 (4,44%) pessoas, entre 1960 e 1970, para 3.660 migrantes (0,79%) no período de 1970 a 1980 (Tabela 1), sinalizando para o fim de sua fronteira agrícola, que seguiu em direção ao Centro Oeste e à Amazônia (MARTINE, 1994).

Em síntese, em dez anos intensificaram-se as migrações de longa distância, com São Paulo e Rio de Janeiro despontando como principais áreas de destino. De um lado, a concentração da atividade econômica nos grandes centros urbanos do Sudeste, em especial nos supracitados estados, e, do outro lado, o baixo dinamismo da economia cearense, incapaz de gerar oportunidades de trabalho e manter a população no estado, foram elementos que contribuíram para a expulsão e alteração nos eixos dos movimentos migratórios, predominando, desde os anos 1970, a trajetória Ceará-Sudeste (São Paulo) e Sudeste (São Paulo)-Ceará.

## **Anos 1980: início do descenso das perdas líquidas populacionais**

Com cenário distinto do observado entre 1950 e 1980, caracterizado por intenso crescimento econômico, os anos 1980 representam a fase de inflexão dessa dinâmica. A década de 1980 foi marcada pela crise econômica, elevado processo inflacionário e taxa de desemprego crescente (QUEIROZ, 2003), ocasionando alterações na reconfiguração do espaço econômico e redistribuição espacial da população brasileira (DINIZ, 1995; PACHECO e PATARRA, 1997; FERREIRA e LEMOS, 2000).

Nesse contexto, os anos 1980 são considerados pelos estudiosos de população como a década de ruptura nas tendências demográficas do país, em especial na dinâmica migratória (PACHECO e PATARRA, 1997; MARTINE, 1997). As principais mudanças apontaram para a diversificação das rotas migratórias, intensificação dos movimentos migratórios de curta distância — dentro das regiões e dos próprios estados — fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO e PATARRA, 1997; MATOS, 2002).

Quanto ao Ceará, o ano de 1987 é considerado por alguns estudiosos da dinâmica econômica regional como o início de uma “nova” concepção na

administração da máquina estatal. O recém-eleito governador elegeu como meta principal promover o desenvolvimento econômico do estado (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999).

O ajuste nas finanças públicas do estado foi definido como o primeiro e mais importante passo para o alcance do desenvolvimento. O Governo partia do pressuposto de que somente com a reforma fiscal seria possível obter recursos para aumentar os investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura básica (sistema de transporte: malha rodoviária, portuária, aeroporto, energia, saneamento básico, recursos hídricos etc.), sendo possível atrair novos investimentos (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999).

Outra característica marcante foi a política de incentivos fiscais e/ou “guerra fiscal”. O programa de atração de investimentos para o Ceará almejava diversificar a economia e, ao mesmo tempo, atrair indústrias. Para tanto, a partir do final dos anos 1980, foi criado o Programa de Promoção e Atração de Investimentos, que englobava programas estaduais e federais. Os programas estaduais mais importantes foram: o Programa de Incentivo ao Financiamento de Empresas (PROVIN), que concedia os maiores benefícios fiscais para as indústrias que se localizam no interior do estado<sup>1</sup>, e o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), que procurava ampliar a capacidade industrial do estado através de diversos incentivos (subsídios, redução do ICMS etc.) (SILVA FILHO, 2008). Tais medidas permitiram atrair significativos empreendimentos, destacando-se os investimentos na indústria calçadista e têxtil (QUEIROZ e COSTA JÚNIOR, 2008).

Diante dessa conjuntura, a partir dos anos 1980, o ritmo de crescimento da economia cearense seguiu na contramão da observada no país. O PIB do Ceará, no intervalo de 1980 a 1990, conhecido na literatura econômica como a “década perdida”, cresceu três vezes mais (4,04%) em relação ao do Brasil (1,21%) (QUEIROZ, 2003), com reflexo sobre a diminuição nas perdas líquidas populacionais do estado.

---

1 Os dados analisados por Vasconcelos, Almeida e Silva (1999) mostraram que, em 1997, cerca de 65,2% das indústrias estavam localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Mas, conforme os referidos autores (1999, p. 12): “[...] a tendência de interiorização do processo de industrialização deve-se acentuar em futuro próximo [...]”. No entanto, Silva Filho (2008) mostra que a política de industrialização do Ceará, via incentivos fiscais concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), de um lado, foi eficiente ao atrair indústrias (passou de 4.743 unidades industriais, em 1996, para 7.955 estabelecimentos, em 2006) e, do outro, foi ineficiente, pois os investimentos concentraram-se, ainda mais, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que aumentou a sua participação de 71,1%, em 1995, para 76,6%, em 2005, acentuando as disparidades dentro do próprio estado.

Assim, conforme a Tabela 1, depois de duas décadas de intensa evasão migratória (anos 1960 e 1970), as perdas se arrefecem ao longo da década de 1980. Entre 1970/1980 e 1981/1991, o volume de emigrantes aumentou ligeiramente de 464.786 pessoas para 482.355 indivíduos, enquanto o contingente de imigrantes praticamente duplicou, de 150.434 pessoas para 293.392 mil, com o saldo migratório negativo baixando de 314.347 migrantes para 188.963 mil (Tabela 2).

Em relação à procedência, mais novidade. O Sudeste (39,05%) enviou quase a mesma proporção de migrantes do Nordeste (40,38%), tradicional área de origem. As demais regiões aumentaram a sua contribuição de 15,29%, entre 1970 e 1980, para 20,58%, no período de 1981 a 1991. No que tange às emigrações, os anos 1980 ratificam a tendência vislumbrada na década de 1970, com o Sudeste (48,12%) mantendo-se como principal porta de entrada. Por sua vez, o Nordeste que, entre 1960 e 1970, foi responsável por 44,97% das saídas, no período de 1981 a 1991, permaneceu em segundo lugar, mas com participação de 25,35%.

Essa dinâmica representa o refluxo das saídas: do lugar para onde se dirigiu o maior contingente de emigrantes também procede o maior número de imigrantes (Tabela 1). Durante a década de 1970, com o crescimento econômico do Sudeste e oportunidades de trabalho e renda, essa região atraiu mais migrantes, mas, a partir da crise econômica dos anos 1980, passou a enviar mais pessoas, num movimento de refluxo marcado por constantes idas e vindas (QUEIROZ e BAENINGER, 2010).

Em nível estadual, São Paulo (25,56%), Rio de Janeiro (11,51%), Pernambuco (7,93%), Piauí (7,91%) e Maranhão (6,95%) mantiveram-se como principais áreas de origem. Em termos de destino, 35,39% do fluxo direcionaram-se para o estado de São Paulo e 10,29% para o Rio de Janeiro. No Nordeste, o Piauí (5,2%) e o Maranhão (4,57%) continuaram atraindo os principais fluxos, decorrência do elevado número de migrantes que se dirigiu para esses estados até os anos 1960.

Mas o destaque ficou por conta do incremento absoluto (de 22.745 pessoas para 74.999 mil) e relativo (de 15,12% para 25,56%) de imigrantes que se dirigiram do estado de São Paulo para o Ceará, entre 1970/1980 e 1981/1991. O que explica essa dinâmica? Esse fenômeno se relaciona com a crise econômica dos anos 1980 e o crescimento da economia cearense, impulsionando o movimento migratório de retorno?

Sim, é possível que essa fase das migrações interestaduais cearenses, de um lado, seja reflexo do contexto favorável da economia<sup>2</sup> e do mercado de trabalho local ao reter a população no estado (Tabela 1) e, do outro, é resultado do baixo crescimento econômico vivenciado pelo país, em especial, pela Região Metropolitana de São Paulo, estimulando a imigração, com destaque para o volume de retornados<sup>3</sup>.

Em síntese, quando comparado às décadas de 1960 e 1970, ficou evidente o descenso nas perdas líquidas populacionais cearenses ao longo dos anos 1980. Tais resultados ratificam a proposição de Pacheco e Patarra (1997), que diz que, a partir da década de 1980, se iniciam as mais notáveis transformações na dinâmica populacional brasileira. Ou, como afirma Baeninger (1998), que, em meados da década de 1970, começa a se verificar no Brasil e, especificamente, no estado de São Paulo, dois movimentos interligados: a desconcentração econômica e populacional, com rebatimentos sobre o volume e direção dos fluxos migratórios interestaduais.

### ***Anos 1990: intensificação do declínio das perdas líquidas populacionais***

Seguindo a tendência dos anos 1980, a economia brasileira passou por profundas transformações estruturais durante a década de 1990. A opção do Governo pela estabilização dos preços — via Plano Real, conjugado com a tríade globalização, políticas neoliberais e reestruturação produtiva — refletiram, de um lado, no controle da inflação e, do outro, no baixo crescimento econômico e aumento do desemprego e da informalidade (QUEIROZ, 2003).

Para o Nordeste, as medidas citadas acima, além do novo redimensionamento do papel do estado, impactaram no tímido crescimento do PIB da região (2,6% durante os anos 1990), sendo o mais modesto em quatro décadas (1960/2000) (GUIMARÃES NETO, 2004).

Almeida e Araujo (2004) ao analisarem a experiência da SUDENE no comando do processo de industrialização do Nordeste concluíram que, durante o período de 1960 até 2000, a região teve crescimento médio superior ao Brasil, porém, não foi capaz de melhorar as condições de vida da população e

---

2 Durante as décadas de 1980 e 1990, o Ceará (4,04% e 4,57%, respectivamente) reverte o quadro de letargia ao apresentar taxa de crescimento do PIB acima da média nacional (1,21% e 2,43%, respectivamente) (QUEIROZ, 2003).

3 Maiores detalhes veja Queiroz (2003).

diminuir o número relativo de indigentes. A distribuição de renda e de terra praticamente não se alterou e a atividade industrial concentrou-se no litoral.

Com dinâmica econômica contrária à vivenciada pelo país e pelo Nordeste, a economia e o mercado de trabalho formal cearense mantiveram-se com indicadores acima da média nacional e regional, intensificando a diminuição das perdas líquidas populacionais durante a década de 1990.

O crescimento do PIB cearense mantém-se com taxas superiores às nacionais desde a década de 1980. Entre 1980/1990, o PIB do Ceará cresceu 4,04% contra 1,21% do país (QUEIROZ, 2003). No decênio 1990/2000, o Brasil cresceu o dobro (2,43%) em relação à década anterior, mas o Ceará (4,57%) ficou dois pontos percentuais acima da taxa do crescimento do PIB nacional (BELTRÃO, 2003; IPECE, 2011A). No tocante ao mercado de trabalho, ao longo da década de 1990, o nível do emprego formal cearense cresceu a uma taxa de 4,22% a.a., enquanto o Nordeste e o Brasil tiveram taxas negativas, -0,3% a.a. e -1,1% a.a., respectivamente (VALOIS, ALVES e QUEIROZ, 2007).

Nesse cenário favorável, a década de 1990 ratifica a tendência vislumbrada nos anos 1980, com o Ceará arrefecendo, ainda mais, a sua perda populacional. De acordo com a Tabela 1, no período de 1990 a 2000, houve incremento de 343.605 imigrantes, contra 293.392 entre 1981 e 1991. Por sua vez, o volume de emigrantes diminuiu de 482.355 pessoas para 438.153, com as trocas migratórias negativas baixando para a metade, ao passar de 188.963 migrantes para 94.548, entre as décadas de 1980 e 1990 (Tabela 2).

A partir desses resultados, a década de 1990 sugere tendência de alteração nas migrações cearenses, que seguiram em sintonia com a dinâmica nacional, por outro lado destoam do quadro de letargia da economia brasileira. É justamente o pífio crescimento econômico do país no período de 1980 a 2000, vis-à-vis ao favorável desempenho da economia e do mercado de trabalho local ao apresentar taxa de desocupação inferior à média nordestina e nacional (AMARAL FILHO et al, 2009), que permite ao Ceará aumentar as entradas e reduzir as saídas.

Cunha e Baeninger (2001, p. 92) ratificam essa inclinação:

Particularmente nos Estados do Ceará e Pernambuco, historicamente algumas das áreas brasileiras de maior evasão, a redução da intensidade emigratória foi bastante significativa, o que poderia estar refletindo uma certa recuperação desses estados — especialmente o Ceará — que experimentaram um crescimento econômico na última década.

A distribuição por grande região de origem apontou que o Sudeste continuou na liderança no envio de imigrantes (44,59%) e recepção de

emigrantes (54,41%), ratificando a sua posição de área de atração e, também, de “expulsão”. Do lugar para onde se dirigiram os maiores volumes também procederam os maiores fluxos, em um movimento de refluxo.

De fato, durante os anos 1980 e 1990, as migrações adquiriram um caráter mais reversível (DOMENACH e PICOUE, 1990), com os fluxos marcados, ao mesmo tempo, por idas e vindas (BAENINGER, 2008), com o tempo de permanência se encurtando, os deslocamentos populacionais (penularidade) ampliando-se e o volume da migração interestadual de retorno intensificando-se (QUEIROZ, 2003).

No que diz respeito ao Nordeste, essa região permaneceu enviando (34,56%) e recebendo (22,47%) o segundo maior contingente de pessoas. Quanto às demais regiões, o envio de imigrantes girou em torno de 20% e a recepção de emigrantes em torno de 23% (Tabela 1).

No tocante aos estados, quase um terço (31,35%) ou 107.706 indivíduos declararam o estado de São Paulo como último local de residência, contra 25,56% (74.999 pessoas) no intervalo de 1981 a 1991 (Tabela 1). Rio de Janeiro (10,91%), Pernambuco (7,60%), Piauí (7,50%), Maranhão (5,87%), Pará (5,39%) e o Distrito Federal (5,03%) são outros polos importantes. Com relação às emigrações, não houve mudanças: o destino preferido permaneceu o estado de São Paulo (37,39%), seguido de longe pelo Rio de Janeiro (13,91%). Distrito Federal (5,43%), Pará (4,54%), Piauí (4,46%), Pernambuco (4,45%) e Goiás (3,75%) são outros estados de atração.

Em resumo, durante a última década do século 20, a dinâmica migratória cearense manteve e intensificou a diminuição das suas perdas líquidas populacionais, vislumbradas ao longo dos anos 1980, sugerindo uma possível nova fase no seu processo migratório, caso o histórico quadro de perdas continue se arrefecendo, durante a primeira década do século 21. Em termos de origem e de destino não houve mudanças, a região Sudeste e o estado de São Paulo tipificam, ao mesmo tempo, como principal área de atração e de expulsão dos fluxos cearenses, apontando para as constantes idas e vindas entre essas áreas.

## **Anos 2000: o fim do arrefecimento?**

A primeira década do século 21 é marcada pela recuperação do dinamismo econômico do país, especialmente a partir de 2004<sup>4</sup>. O crescimento

---

4 Vale frisar que, entre 1999-2003, o crescimento econômico do país foi de apenas 1,9% em média (SERRANO e SUMA, 2011), portanto, segundo Paes de Barros et al., (2006), a queda

médio do PIB no intervalo de 2004 a 2010 foi de 4,4% (SERRANO e SUMA, 2011), com impactos positivos sobre a evolução na estrutura social brasileira. Mesmo com a crise financeira internacional no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, o Brasil não interrompeu o ciclo de progresso social vivenciado nos últimos sete anos<sup>5</sup> (QUADROS, 2011).

No caso do Nordeste, com o esvaziamento de uma política de desenvolvimento nacional, desde o final dos anos 1980, a guerra fiscal, ou a disputa entre as Unidades da Federação (especialmente Bahia e Ceará) e municípios, tornou-se o principal determinante na atração e manutenção de alguns focos de dinamismo na região (ARAUJO, 1999; DINIZ e BASQUES, 2004). Apesar da ausência ou negligência de uma política de desenvolvimento nacional, o Nordeste seguiu a tendência do país, ao combinar crescimento econômico com melhorias sociais.

O avanço social vivenciado no Brasil em anos recentes deriva de uma gama de fatores: difusão do programa de aposentadoria e pensão rural, com impacto sobre o aumento na participação da renda das famílias rurais em detrimento da queda da renda advinda do trabalho, principalmente em áreas menos desenvolvidas (MAIA et al, 2008); estabilidade econômica alcançada com o Plano Real — que ampliou o poder de compra, notadamente da população mais pobre, somado aos programas assistenciais — como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, principalmente, o Bolsa Família, que tem ampla cobertura nacional (QUEIROZ et al, 2010).

Desde os anos 2000, estudos apontam para a redução das desigualdades regionais e sociais, traduzidas no aumento da renda das camadas mais pobres superior à média nacional<sup>6</sup>, com forte repercussão no Nordeste brasileiro (CARVALHO, 2008). Entretanto, Araujo e Santos (2009) são cautelosos e destacam que a integração do Nordeste contemporâneo às regiões mais

---

da pobreza e extrema pobreza, no período 2001-2005, não foi em função do crescimento econômico, mas devido às reduções do grau de desigualdade, fazendo com que a fatia da renda total apropriada pelos pobres aumentasse, ou seja, a renda dos pobres cresceu mais rapidamente em relação a dos ricos.

5 Conforme Quadros (2011), em 2009, a crise econômica repercutiu ligeiramente sobre o mercado de trabalho nacional. Nesse sentido, os resultados analisados por Aparício e Queiroz (2011) para o ano de 2010 já apontaram para a recuperação econômica do país, com espraiamento sobre a geração de empregos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

6 Para maiores detalhes sobre a queda da desigualdade entre estratos de renda, veja Hoffmann (2006); Neri (2007); Paes de Barros et al. (2006).

desenvolvidas é perceptível, porém, é um processo lento, com as assimetrias econômicas, sociais e demográficas persistindo.

No que concerne ao Ceará, durante a primeira década do século 21, o crescimento do PIB (4,63%) manteve-se praticamente inalterado em relação à década anterior (4,57%), com a diferença diminuindo para 1% em relação ao do país, que cresceu 3,62% entre 2000 e 2010 (IPECE, 2011a). Tal dinâmica refletiu sobre o mercado de trabalho estadual, que ratificou a tendência observada na década de 1990 – com aumento na oferta de vagas. Vale frisar que a maioria dos postos de trabalho criados no estado são precários, marcados por alta rotatividade e baixa remuneração (COSTA, 2011; APARÍCIO e QUEIROZ, 2011; SILVA FILHO, QUEIROZ e CLEMENTINO, 2012).

Com relação às migrações, tanto o volume de imigrantes (que passou de 343.605 para 248.153 indivíduos) quanto de emigrantes (que passou de 438.153 para 373.957 pessoas) apresentou descenso (Tabela 1), com implicações sobre o aumento no saldo migratório negativo entre 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente (Tabela 2). Esse resultado é distinto do constatado nos anos 1990 que, pela primeira vez, revelou, em conjunto, aumento nas entradas e diminuição nas saídas, tipificando como o período de menor perda populacional para o Ceará ou de menor saldo migratório negativo (Tabela 2). O que justifica essa dinâmica? Ela representa a inflexão na tendência de diminuição nas perdas líquidas populacionais cearenses, que teve início nos anos 1980 e intensificou-se na década de 1990?

A explicação está atrelada às flutuações na economia brasileira, sendo possível articular o tipo migratório à etapa econômica, embora Patarra (2003a) e Baeninger (2008) não vejam essa dinâmica, especialmente em relação ao estado de São Paulo. Nos momentos de crise, décadas de 1980 e 1990, quando o Ceará apresentou taxa de crescimento econômico e taxa de emprego formal acima da média do país e do Nordeste (QUEIROZ 2003), essa Unidade da Federação tornou-se mais atrativa para retornados ou não naturais, aumentando de maneira ininterrupta o volume de imigrantes, além de arrefecer as saídas (Tabela 1). Com a estabilidade econômica alcançada em todo o país ao longo dos anos 2000, o Ceará diminuiu as entradas e permaneceu arrefecendo as saídas, surgindo a seguinte conclusão: quando o Brasil cresce, e mesmo com o Ceará seguindo tal tendência (anos 2000), o estado recebe menos imigrantes, mas, nos períodos de baixo crescimento econômico do País (anos 1980 e 1990), e elevado crescimento da economia cearense (décadas de 1980 e 1990), o Ceará recebe mais migrantes.

Nesse contexto, os determinantes das migrações cearenses continuam relacionados com a reprodução do capital, permanecendo a relação entre

dinâmica econômica e migração. Os fluxos populacionais se dirigem em busca de oportunidades de trabalho em outras regiões ou no próprio estado (Ceará), sendo este último destino a “novidade” a partir da década de 1980.

Não resta dúvida de que programas de transferência de renda, preços dos imóveis nos grandes centros urbanos, violência, custo de vida nas metrópoles, pressão nos serviços públicos, redes de contato/solidariedade etc. exercem influência na atração, manutenção e repulsão dos migrantes. Mas questões de ordem econômica ou macrosociais aliadas aos fatores microsociais perduram como os principais determinantes das migrações interestaduais cearenses.

Quanto à distribuição espacial, em termos regionais, não houve alteração, o Sudeste (43,31%) e o Nordeste (35,72%) permaneceram como as principais áreas de origem, enviando quase 80% dos imigrantes. Os destinos também não mudaram, o Sudeste (52,76%) recebeu mais da metade do fluxo, um quarto emigrou para o Nordeste (24,16%), 10,68% para o Centro-Oeste, 8,65% para o Norte e somente 3,74% para o Sul (Tabela 1).

Em nível estadual, os maiores fluxos de imigrantes procederam do estado de São Paulo (30,10%), Rio de Janeiro (10,52%), Pernambuco (8,49%) e Piauí (6,82%). Em relação às emigrações, as saídas permaneceram para o estado de São Paulo (33,43%), seguido de longe pelo Rio de Janeiro (14,43%), Distrito Federal (5,31%) e Pernambuco (5,16%).

Contudo, um olhar mais apurado entre os fluxos Ceará→São Paulo e São Paulo→Ceará mostra que, apesar de o estado de São Paulo manter-se recebendo e enviando o maior contingente de emigrantes e de imigrantes do e para o Ceará, houve diminuição dessa relação. Entre 1990/2000 e 2000/2010, o número de imigrantes do estado de São Paulo com destino ao Ceará passou de 107.706 (31,35%) pessoas para 74.683 mil (30,10%), respectivamente. No caso das emigrações, o descenso foi mais intenso (37,39%), com o volume daqueles que saíram do Ceará em direção a São Paulo passando de 163.809 indivíduos para 126.030 mil no referido intervalo (Tabela 1).

Com a perspectiva de crescimento econômico, a partir de obras da Copa do Mundo, ampliação do parque eólico e, principalmente, com a construção de uma siderúrgica e da Refinaria Premium II, o Ceará deverá duplicar o seu PIB (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012) e, em longo prazo, deverá manter, ainda mais, a população no estado (Tabela 1) e, ao mesmo tempo, atrair migrantes (de retorno e não naturais).

## O BALANÇO MIGRATÓRIO ENTRE ENTRADAS E SAÍDAS

Dado o baixo dinamismo da economia cearense, em face da expansão da atividade econômica concentrada no Sudeste, especialmente durante o período no qual o país mais cresceu — Milagre Econômico —, a evasão migratória tornou-se mais expressiva, com saldo negativo de 314.347 pessoas no período de 1970 a 1980 (Tabela 2). As menores perdas (–94.548 migrantes) foram entre 1990 e 2000 e, de um lado, tem a ver com o contexto favorável da economia e do mercado de trabalho cearense, mantendo a população no estado e, do outro lado, reflete o baixo crescimento econômico vivenciado pelo país, impulsionando a imigração com destino para essa UF.

No que tange aos espaços regionais, em todos os cinco intervalos, o Ceará teve maiores saldos negativos com o Centro-Oeste e o Sudeste, com destaque para a última região. Assim, o principal corredor das migrações é dado pelo fluxo Ceará→Sudeste, com as maiores perdas durante o decênio 1970/1980, com trocas negativas de 186.347 pessoas (Tabela 2). Nas trocas com as Unidades da Federação, na década de 1960, as perdas foram mais intensas com o Maranhão e, desde os anos 1970, são com São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, mas com o volume descrente, notadamente, com o estado de São Paulo.

Em razão de suas melhores e maiores oportunidades de trabalho, geradas por sua própria economia — inicialmente com o café e depois com a indústria — o Sudeste atraiu elevado número de migrantes (CANO, 1997), ganhando peso substancial na participação relativa da população brasileira. Nesse cenário, em busca de melhores condições de vida, através da inserção no mercado de trabalho ou de infraestrutura básica (saúde, educação, moradia etc.), a população cearense migrou “em massa” para tal região, em especial para o estado de São Paulo.

No caso da primeira década do século 21, quando se esperava a continuidade no descenso nas perdas líquidas populacionais cearenses, os resultados revelaram aumento no saldo migratório negativo de 125.804 migrantes (2000/2010), contra 94.548 no decênio 1990/2000 (Tabela 2).

Afinal, o que justifica tal inflexão? De um lado, programas sociais<sup>7</sup>, como o Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a política de construção de cisternas, a política de valorização do salário mínimo, melhora na distribuição de renda, manutenção do crescimento econômico e geração de empregos, contribuíram para manter a população no Ceará, diminuindo a emigração (Tabela 1). Por outro lado, durante os anos 2000, com o crescimento

---

7 Tais programas não devem ter estimulado a migração de retorno, uma vez que a família assistida pelo programa não perde o benefício ao migrar.

econômico alcançado pelo país e a ampliação de vagas no mercado de trabalho na maioria dos estados, o Ceará diminuiu o volume das entradas (imigrantes), com efeito negativo sobre o saldo migratório (Tabelas 1 e 2).

Tabela 2 – Volume das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

REGIÕES E ESTADOS	TROCAS MIGRATÓRIAS				
	1960/1970	1970/1980	1981/1991	1990/2000	2000/2010
RONDÔNIA	-1.946	-2.975	-6.364	-454	-513
ACRE	-744	-867	-509	210	-318
AMAZONAS	-2.586	-5.117	-4.525	-747	-2.346
RORAIMA	-106	-1.749	-4.174	-1.443	-1.113
PARÁ	-16.487	-26.874	-11.898	-1.398	-1.894
AMAPÁ	-117	-204	59	-584	-55
TOCANTINS	-	-	-3.924	-3.013	-1.230
<b>NORTE</b>	<b>-21.985</b>	<b>-37.784</b>	<b>-31.335</b>	<b>-7.429</b>	<b>-7.469</b>
MARANHÃO	-57.947	-17.024	-1.640	5.288	997
PIAUI	-12.323	-4.534	-1.894	6.208	1.522
RIO GRANDE DO NORTE	19.881	-463	772	-313	-3.392
PARAÍBA	33.663	6.900	4.198	1.037	81
PERNAMBUCO	-6.137	-4.092	-2.191	6.638	1.780
ALAGOAS	5.813	559	1.463	1.801	273
SERGIPE	-40	-882	-1.400	-430	-413
BAHIA	-7.178	-15.629	-3.130	71	-2.564
<b>NORDESTE</b>	<b>-24.268</b>	<b>-35.166</b>	<b>-3.822</b>	<b>20.300</b>	<b>-1.715</b>
MINAS GERAIS	-1.378	-2.903	-4.656	-4.511	-10.397
ESPÍRITO SANTO	-243	-1.574	-1.286	-1.120	-1.207
RIO DE JANEIRO	-38.004	-48.944	-15.879	-23.453	-27.876
SÃO PAULO	-41.416	-132.926	-95.723	-56.103	-50.347
<b>SUDESTE</b>	<b>-81.041</b>	<b>-186.347</b>	<b>-117.543</b>	<b>-85.187</b>	<b>-89.827</b>
PARANÁ	-13.125	-930	-898	-671	-1.120
SANTA CATARINA	154	-203	-681	-1.228	-3.679
RIO GRANDE DO SUL	144	-528	-752	-534	-1.245
<b>SUL</b>	<b>-12.827</b>	<b>-1.661</b>	<b>-2.330</b>	<b>-2.433</b>	<b>-6.044</b>
MATO GROSSO DO SUL	-	-2.681	-2.301	-740	-1.268
MATO GROSSO	-7.535	-1.640	-2.969	-1.455	-2.207
GOIÁS	-10.685	-12.130	-10.219	-11.091	-9.403
DISTRITO FEDERAL	-30.412	-36.938	-18.444	-6.513	-7.870
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>-48.632</b>	<b>-53.389</b>	<b>-33.932</b>	<b>-19.799</b>	<b>-20.749</b>
<b>TOTAL CEARÁ</b>	<b>-188.752</b>	<b>-314.347</b>	<b>-188.963</b>	<b>-94.548</b>	<b>-125.804</b>

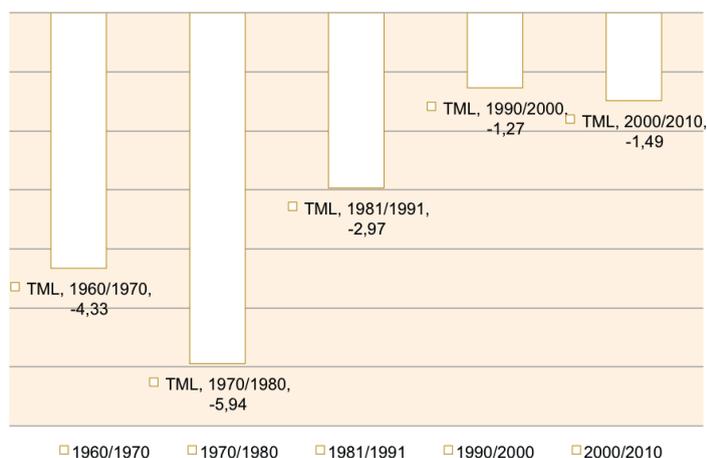
Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Esse resultado denota que o Ceará tem a tendência de manter e, principalmente, atrair população e diminuir as suas perdas quando a conjuntura econômica do estado revela resultados *positivos (em termos de crescimento e oportunidade de trabalho)* enquanto a do país encontra-se estagnada, com baixo investimento, baixo crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, conforme caracterizaram as décadas de 1980 e 1990.

Nesse sentido, entendemos que os fatores de expulsão estão na origem (outras UFs) e são mais importantes quando comparados aos fatores de atração (destino). Portanto, o Ceará (destino) aumenta o volume das imigrações devido aos “problemas” na origem, e mantém a população na UF — diminui a emigração — a partir das “soluções” no próprio estado.

Quanto à distribuição espacial, em nível regional, no período de 2000 a 2010, os resultados apontaram para os maiores saldos negativos com o Sudeste (89.827 pessoas) e o Centro-Oeste (20.749 pessoas), e os menores com o Nordeste (1.715 migrantes), Sul (6.044) e Norte (7.469). Por estado, como esperado, as maiores perdas foram com São Paulo (50.347 pessoas) e Rio de Janeiro (27.876).

Figura 1 – Taxa de Migração Líquida – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)



Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A Taxa de Migração Líquida é um indicador que sintetiza as oscilações, no caso do Ceará e, ao mesmo tempo, a tendência de diminuição do peso do saldo migratório da população total observada no final do período. Conforme a Figura 1, a TML para o Ceará foi mais alta (-5,94%) entre

1970 e 1980, e mais baixa (-1,27%) no intervalo de 1990 a 2000. No último período (2000/2010), com o aumento do saldo migratório negativo (125.804 pessoas), a TML foi de -1,49%, posicionando-se como a segunda mais baixa. Esse resultado significa que se não houvesse migração, a população teria aumentado em 5,94%, 1,27% e 1,49% nos decênios 1970/1980, 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente. Apesar dessa recente inflexão na TML, ficou evidente que as perdas líquidas populacionais não são tão intensas quanto eram no passado recente.

## CONCLUSÕES

Este estudo se propôs a reconstruir, no tempo e no espaço, a evolução das migrações interestaduais cearenses na tentativa de identificar e comparar as principais inflexões e tendências no que diz respeito ao volume (entradas, saídas e saldos migratórios) e distribuição espacial dos fluxos no período de 1960 a 2010. A questão levantada no estudo procurou verificar se os postulados teóricos da escola estruturalista, que explicaram as causas e os motivos das migrações internas no período de 1950 a 1980, para o caso do Ceará, permanecem capazes de explicar a dinâmica migratória cearense.

No que diz respeito ao quadro evolutivo das migrações, a periodização em decênios revelou algumas alterações no volume e direção dos fluxos migratórios do e para o Ceará, sendo possível apontar para dois grandes vetores: i) um primeiro vetor, com raízes históricas, se dirigiu no sentido da região Norte (Amazônia) e Nordeste (Maranhão e Piauí), predominando até 1970; ii) um segundo vetor, num contexto contemporâneo, seguiu em direção ao Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e prevalece até os dias atuais.

Em termos de volume, as principais tendências revelaram que, desde os anos 1980, paulatinamente, a cada Censo Demográfico, o Ceará diminui as suas perdas líquidas populacionais, e apesar da ligeira inflexão nos anos 2000, a intensidade é distinta da observada em décadas passadas, em especial nos anos 1960, 1970 e 1980, que apresentaram as maiores Taxa de Migração Líquida.

A partir desses resultados e tendo como pano de fundo a análise histórica e contemporânea da dinâmica socioeconômica nacional, nordestina e cearense, concluímos que, para o Ceará, o pressuposto sobre a clássica relação entre migração-emprego e migração-crescimento econômico permanece válido e o enfoque histórico estrutural, em grande parte, explica as causas e os motivos das migrações interestaduais cearenses. No entanto, a análise

para o conjunto do país e as demais UFs pode revelar particularidades e resultados distintos dos encontrados para o estado.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. E.; ARAUJO, J. B. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. In: Revista Teoria e Evidência Econômica. n.12. v. 23, p.97-128. Passo Fundo: UPF, 2004.
- APARÍCIO, C. A. P.; QUEIROZ, S. N. de. Mercado de trabalho pós-crise: comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Fortaleza - 2009 e 2010. In: XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET, 2011, João Pessoa-PB. Cenários da crise e a organização do trabalho: permanências, mudanças e perspectivas - ABET, 2011.
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu, MG. Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008.
- \_\_\_\_\_. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 1998.
- BRITO, F. GARCIA, R. A.; SOUZA, R. G. V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004, Caxambu-MG. Anais do XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais. v. 1.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro. IPEA. 1999. Texto para Discussão, n°. 621:
- CANO, W. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/95. In: Revista econômica e sociedade. São Paulo, n.8, p. 101-141, jun.1997.
- CARVALHO, J. A. M. de.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.
- CUNHA, J. M. P. da.; BAENINGER, R. A Migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 10, p. 79-106, 2001.
- DINIZ, C. C. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Texto para Discussão do IPEA, n° 375, Brasília, 1995.
- DOMENACH, H.; PICOUET, M. El Caracter de Reversibilidad en el Estudio de la Migración. Notas de Población, Santiago do Chile, Celade, n. 49, 1990.

- FERREIRA, A. A aventura da sobrevivência. As migrações cearenses na década de 1990. 1. ed. Fortaleza: Edições BNB, 2007. v. 1. 246 p.
- FERREIRA, M. F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. In: Revista econômica do nordeste. Fortaleza, v.31, n. Especial p. 484-507, nov. 2000.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1986.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Pecém: empreendimentos no CIPP duplicarão PIB cearense. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/5756-pecem-empreendimentos-no-cipp-duplicarao-pib-cearense>>. Acesso em: 29.09.2012.
- GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. In: Revista Estudos e Pesquisas. n. 67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.
- MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.
- \_\_\_\_\_; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 01, n. 01, pp. 99-144, janeiro-abril, 1984.
- MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.
- MOREIRA, I. T. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste. In: Revista Econômica do Nordeste – REN, Fortaleza, v.18, n.3, p.405-425, jul./set. 1987.
- MOURA, H. A. O balanço migratório do Nordeste no período 1950/70. In: MOURA, Hélio. A. (Coord.) Migração interna, textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.1.025-1.071.
- PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: Migrações, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.
- PARENTE, J. S. Diagnóstico sócio econômico do Ceará – vol. 2. Coord. por José de Sá Parente. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964, 321p.
- PATARRA, N. L. Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços. Textos para discussão Escola Nacional de Estatística Número 7. ENCE, Rio de Janeiro, 2003a.
- PONTES, P. A.; CAMBOTA, J. N.; BIDERMAN, C.. Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de emprego: um estudo de caso para o estado do Ceará. In: EnANPAD, 2011, Rio de Janeiro. Anais de EnANPAD 2011.
- QUEIROZ, S. N. de. Migração para o Ceará nos anos 90. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB-CME, 2003.

QUADROS, W. J. Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 189, março 2011.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (orgs). Economia brasileira. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ROSADO V (org.). Memorial da seca. Diversos autores. Mossoró, RN, Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, V. CLXIII, 1981.

SINGER. P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: Economia política da urbanização. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SOUZA, E. L. C. Êxodo e migração: dimensões e manchetes da questão agrária no Ceará de 1964. In: X Encontro Estadual de História - ANPUH/CE, 2006, Fortaleza - CE. X Encontro Estadual de História - ANPUH/CE, 2006.

TROVÃO, J. R. O processo de ocupação do território maranhense. São Luís: Cadernos IMESC 5 (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRAFICOS), 2008.

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos Anos de 1986 a 1996. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 627).